



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Os imóveis arrendados pelo Governo destinam-se, principalmente, a escritórios, estacionamento e armazéns. Segundo o Governo, as despesas efectivas com o arrendamento de imóveis atingiram 810 milhões em 2016 e 883 milhões em 2017, mas as despesas orçamentadas com as rendas para este ano atingem 960 milhões, um valor elevadíssimo. A sociedade entende que o Governo deve proceder a melhorias, por exemplo, deve aproveitar melhor os seus imóveis existentes e desocupados para reduzir as despesas com as rendas. O Governo vai construir vários edifícios para escritórios dos serviços públicos e armazéns, mas tem também de rever a racionalidade e a proporcionalidade no arrendamento de fracções nos edifícios comerciais, melhorar o mecanismo de abate de materiais obsoletos e o de gestão do arquivo público, e reduzir, através do desenvolvimento do governo electrónico, as necessidades de armazenamento e de espaço para as instalações dos serviços públicos, por forma a assegurar um bom aproveitamento do erário público.

Segundo as informações facultadas pelo Governo à AL sobre o arrendamento de imóveis para escritórios, as rendas são variáveis. O Fundo de Pensões é o serviço com a renda mensal por metro quadrado mais alta (659 patacas), e a seguir são o Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos (630 patacas), os Serviços de Finanças (608 patacas) e os Serviços de Economia (602 patacas), rendas estas que são 6 vezes mais

10-2018-11-08-Lei Cheng I (p) apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

elevadas do que a renda mensal por metro quadrado mais baixa, que é a do Instituto de Acção Social (101 patacas). É certo que a diferença entre as rendas é resultado de vários factores, por exemplo, o prazo de arrendamento, a idade e a localização dos imóveis. Depois de efectuada uma comparação entre as rendas de fracções arrendadas por serviços públicos e as rendas de outras fracções situadas em diferentes andares dos mesmos edifícios, verifica-se que alguns serviços pagam rendas acima da média de mercado. Também se registam grandes discrepâncias entre serviços quanto à área média de utilização por trabalhador. Isto deve-se a necessidades reais dos serviços? Ou será que, aquando do arrendamento, não foram tidos em consideração a utilidade e o princípio do bom aproveitamento do erário público?

Mais, do funcionamento administrativo do Governo resulta constantemente um número elevado de arquivos públicos e alguns materiais antigos ainda não abatidos, portanto, o depósito disto exige o arrendamento de armazéns. Há anos, a Direcção dos Serviços de Finanças, na resposta a uma interpelação escrita de deputados, afirma que, até finais de 2015, os serviços autónomos, serviços com autonomia administrativa e serviços integrados arrendavam, no mercado, cerca de 58 700 m² de armazéns, com rendas mensais de cerca de 6,6 milhões, portanto, uma renda mensal de 112 por m². Depois da construção do Edifício Multifuncional do Governo no Lote O1 dos Aterros de Pac On, Taipa, podem ser disponibilizados cerca de 25 000 m², mas ainda não é suficiente. Naturalmente, as autoridades devem reduzir o desperdício de materiais a partir da fonte, mas se não se aperfeiçoar, ao nível da legislação e da administração, o regime de abate e os mecanismos de

10-2018-11-08-Lei Cheng I (p) apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

arquivo e gestão dos arquivos públicos, a construção de armazéns próprios não passa de um paliativo que não vai conseguir satisfazer as necessidades crescentes. De facto, a lei dos arquivos já está em vigor há mais de 20 anos, e as normas relativas ao tratamento dos arquivos, critérios de selecção de documentos, prazo de conservação, etc., já estão gravemente desactualizadas, portanto, é necessário revê-la quanto antes, com vista à articulação com as necessidades decorrentes do desenvolvimento da sociedade.

Assim, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. A construção de gabinetes e armazéns próprios pode reduzir, um pouco, as despesas com o arrendamento de imóveis privados, porém, os custos de construção e as despesas com a gestão e funcionamento também são encargos, daí a necessidade de cumprir rigorosamente os princípios da proporcionalidade e da funcionalidade, com vista ao bom aproveitamento do erário público. Quais são os custos de construção do Edifício Multifuncional do Governo no Lote O1 dos Aterros de Pac On, do Edifício Público no Lote 6K na ZAPE e da parte leste da zona B dos Novos Aterros (zona administrativa e judicial)? Como é que se assegura a sua funcionalidade, evitando obras de luxo que desperdicem erário público? Depois da conclusão das obras, quanto é que o Governo prevê poupar em rendas?

2. O Governo da RAEM gasta anualmente montantes avultados no mercado de arrendamento, as rendas mensais por m2 de escritórios dos

10-2018-11-08-Lei Cheng I (p) apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

serviços públicos e a área de utilização per capita são irracionais, situações que geraram críticas e dúvidas na sociedade. O Governo deve definir indicadores, tais como a renda, área de utilização per capita, etc., em prol da redução da pressão com o pagamento das rendas e da maximização do erário público. Vai fazê-lo?

3. O aperfeiçoamento dos mecanismos de abate de materiais residuais e antigos e de gestão dos arquivos públicos contribui para reduzir e poupar nas rendas com os armazéns. Para aperfeiçoar o regime de gestão dos arquivos públicos, as autoridades criaram, em 2012, um grupo de trabalho interserviços, e, no ano passado, foram aprovados, na reunião do Conselho Geral de Arquivos, os projectos de “Prazos de Conservação de Arquivos Administrativos Comuns” e “Instruções para regulamentação das técnicas de digitalização de documentos em suporte de papel”. Qual é o ponto de situação da concretização e execução das normas respectivas? Que trabalhos de acompanhamento complementar vão ser desenvolvidos? Vai ser actualizada a lei dos arquivos e aperfeiçoado o mecanismo de abate de materiais residuais e antigos, por forma a reduzir encargos desnecessários com armazéns?

8 de Novembro de 2018

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Cheng I

IO-2018-11-08-Lei Cheng I (p) apn